

### ATA NÚMERO 161/XII (3.ª)

Aos vinte e seis dias do mês de março de 2014, pelas 11 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 5, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1 — Audição do Presidente da Comissão do Associativismo e Comunicação do Conselho das Comunidades Portuguesas, Conselheiro Luís Jorge, no âmbito da discussão na especialidade das propostas de lei n.ºs 194, 195 e 196/XII (3.ª).

2 — Estatuto do Deputados.

---

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, deu as boas-vindas ao Presidente da Comissão do Associativismo e Comunicação do Conselho das Comunidades Portuguesas, Conselheiro Luís Jorge, e explicou a metodologia dos trabalhos.

O Presidente da Comissão do Associativismo e Comunicação do Conselho das Comunidades Portuguesas fez uma intervenção inicial, que pode ser consultada [aqui](#), após o que o Presidente da Comissão deu início à primeira ronda de intervenções, dando a palavra ao Senhor Deputado Agostinho Santa (PS).

O Senhor Deputado Agostinho Santa (PS) começou por sublinhar que teria sido vantajoso fazer uma reflexão integrada sobre o modelo que se pretende implementar na RTP, designadamente nos canais internacionais, e o seu modo de financiamento; de seguida, perguntou se o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) tinha sido ouvido pelo Governo sobre esta matéria e se chegou a transmitir a sua posição, quer quanto ao modelo de governança, a programação e o financiamento que se pretende implementar, quer quanto às linhas orientadoras estratégicas para a RTP Internacional e ao financiamento através da CAV e das receitas publicitárias para a prestação de um serviço público de efetiva qualidade. Colocou também a hipótese de se garantir parcialmente o orçamento dos canais internacionais através de uma dotação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na medida em que estes são um instrumento de

ligação de Portugal às comunidades portuguesas, de promoção do próprio país como destino turístico e de internacionalização da economia.

O Senhor Deputado João Ramos (PCP) debruçou-se sobre a integração de um membro do CCP no Conselho de Opinião da RTP; as dificuldades financeiras inerentes à deslocação de um membro do CCP para participar nas reuniões do Conselho de Opinião da RTP; a onda curta; a constituição e escolha dos seis membros do Conselho Geral Independente (CGI); o financiamento da RTP Internacional e a possibilidade de haver um orçamento independente; a importância de ter um serviço público de qualidade como forma de manter a ligação às comunidades portuguesas e de ajudar à internacionalização da economia; as consultas feitas pelo Governo ao CCP sobre esta matéria; a avaliação que o CCP faz do serviço público prestado e se considera que ele cumpre as funções consideradas adequadas.

A Senhora Deputada Mónica Ferro (PSD) referiu-se à inclusão de um representante do CCP no Conselho de Opinião da RTP; à linha de programação da RTP Internacional, desajustada da ligação de Portugal às comunidades portuguesas; à necessidade de a RTP Internacional ser uma janela aberta de Portugal para o mundo e de mostrar o que de bom se faz, como, por exemplo, ao nível da inovação, para que o país possa atrair não só as comunidades portuguesas como também aqueles que se encontram à procura de novos lugares para viver, para fazer turismo, para investir, etc.; à independência do CGI e à garantia de um serviço público de rádio e de televisão de qualidade.

O Senhor Deputado Carlos Gonçalves (PSD) iniciou a sua intervenção salientando que os canais internacionais não se destinavam só às comunidades portuguesas, sendo também um pilar importante daquilo que deve ser a promoção externa de Portugal enquanto país que beneficia do facto de ter uma diáspora de 4 ou 5 milhões de portugueses, fomentando e atraindo o investimento estrangeiro; disse igualmente que, para um país que está presente em todos os cenários geoestratégicos do planeta, era fundamental ter canais internacionais capazes de passar uma mensagem dum Portugal diferente, que pensa o mundo de uma forma muito particular; de seguida, referiu-se aos contratos estabelecidos entre a RTP, o Governo e o CCP; à inclusão de um membro do CCP no Conselho de Opinião da RTP; ao financiamento e ao pagamento da CAV pelos portugueses para financiar os canais internacionais, sublinhando ser importante não esquecer que os cidadãos que residem em Portugal não só beneficiam com a atração externa que o país pode ter, como também com o contributo que as comunidades portuguesas podem dar ao país; por

último, debruçou-se sobre a prestação de um serviço público de qualidade; a boa qualidade e cobertura da RDP Internacional, as plataformas de horários e a programação da RTP Internacional.

O Senhor Presidente da Comissão do Associativismo e Comunicação do Conselho das Comunidades Portuguesas respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo dito que o CCP não tinha sido consultado pelo Governo; que tinha sido a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação a única que se tinha preocupado em ouvir o CCP acerca desta matéria; que o CCP, na medida em que conhecia muito bem os consumidores da RTP Internacional, podia dar o seu contributo quanto à programação dos canais internacionais.

Referiu também a coragem política na apresentação destas iniciativas legislativas; que ainda não era tarde para discutir e analisar as respetivas linhas de orientação da RTP Internacional e que esta devia ter um orçamento próprio; que com a criação do Conselho Geral Independente passava a haver uma maior transparência, uma melhor gestão e uma maior confiança por parte dos portugueses, e que, só por isso, o CCP apoiava a criação desse órgão; que o orçamento da RTP, através da CAV e das receitas da publicidade, vai ser menor do que o que resultava das indemnizações compensatórias; que o CCP defendia a existência de dois orçamentos diferentes - um para os serviços nacionais e outro para os canais internacionais; que a qualidade da RTP Internacional deixava muito a desejar, mas que tinha havido uma melhoria na programação desde o dia 6 de Janeiro de 2014; que tinha de haver um grande debate sobre a programação da RTP Internacional que, sem deixar a sua missão principal, podia ajudar o País na internacionalização da economia e na procura de novos investimentos; que os programas deviam ser legendados; que o CCP não tinha um orçamento digno para poder cumprir a suas funções e que devia ser o Conselho de Opinião a dispendir a verba necessária para as deslocações dos conselheiros às reuniões desse órgão.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Agostinho Santa e Paulo Pisco (PS), João Ramos (PCP) e Carlos Gonçalves (PSD), tendo o Presidente da Comissão do Associativismo e Comunicação do Conselho das Comunidades Portuguesas respondido no final em bloco às questões colocadas.

Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente fez o levantamento de todas as questões que ainda não tinham sido respondidas, após o que o Conselheiro Luís Jorge interveio de novo para lhes dar resposta.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

---

A reunião foi integralmente gravada em suporte vídeo e encontra-se disponível em <http://www.canal.parlamento.pt>, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a audição terminou às 12 horas e 25 minutos, após o que se deu início à reunião ordinária da Comissão.

No ponto dois da Ordem do Dia foram tratados assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

Nada mais havendo a tratar, a reunião terminou às 12 horas e 35 minutos.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em [http://srvvideo3/site/XIILEG/3SL/COM/12-CPECC/CpECC\\_20140326\\_2.mp3](http://srvvideo3/site/XIILEG/3SL/COM/12-CPECC/CpECC_20140326_2.mp3), razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Palácio de São Bento, 26 de março de 2014

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(MENDES BOTA)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa  
André Pardal  
Hermínia Azenha  
Isabel Oneto  
Jacinto Serrão  
João Portugal  
Maria da Conceição Caldeira  
Mendes Bota  
Mónica Ferro  
Paulo Almeida  
Raúl de Almeida  
Rosa Arezes  
Sandra Pontedeira  
Duarte Marques  
João Figueiredo  
João Lobo  
João Ramos  
Jorge Rodrigues Pereira  
Nuno Encarnação  
Paulo Pisco  
Pedro Morais Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

---

Ana Oliveira

Lídia Bulcão

Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz

Cecília Honório

Cláudia Monteiro de Aguiar

Inês de Medeiros

Sérgio Azevedo

*A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 28/05/2014.*